



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**CALIDO BALDÉ**

**O ENSINO PÚBLICO GUINEENSE: COMPREENSÕES DE UM ESTUDANTE  
EM FORMAÇÃO.**

**REDENÇÃO-CE**

**2023**

**CALIDO BALDÉ**

**O ENSINO PÚBLICO GUINEENSE: COMPREENSÕES DE UM ESTUDANTE  
EM FORMAÇÃO.**

Monografia apresentada com requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus de Ceará.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Ribeiro da Silva**

**REDENÇÃO-CE**

**2023**

**CALIDO BALDÉ**

**A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO GUINEENSE E OS IMPACTOS  
DAS GREVES DOS/DAS PROFESSORES/AS NO ENSINO FUNDAMENTAL  
(2000-2008)**

Monografia apresentada com requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus de Ceará.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Profa. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Profa. Dra. Petit Mama**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof. Me. David Ferreira Lima**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Baldé, Calido.

B147e

O ensino público guineense: compreensões de um estudante em formação / Calido Baldé. - Redenção, 2023.  
45f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva.  
Coorientador: Prof. Dr. David Ferreira Lima.

1. Educação - Guiné-Bissau. 2. Ensino público. 3. Política educacional. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 370.96657

---

Sempre que estou conquistando um sonho, lembro-me dos meus pais! Portanto, dedico este trabalho a eles que, embora não estão mais aqui comigo neste mundo dos vivos, mas sinto as suas presenças, sobretudo pelos ensinamentos, amor e carinho que sempre tiveram por mim e meus irmãos, sem esquecer aquela insistência de poder me tornar um homem que hoje sou. Um ditado diz que **“ao invés de estarem todos os dias oferecendo alguém peixe, ensine-a a pescar seria melhor, pois quando não estiveres que ele possa pescar para si”** (autor desconhecido). Com isso quero agradecer a todos os meus familiares e amigos que me apoiaram direta ou indiretamente para que eu pudesse estar aqui no Brasil para estudos e poder conquistar este sonho que ao longo dos tempos ficou pausado, minha GRATIDÃO a todos.

## **AGRADECIMENTO**

Em primeiro lugar agradeço ao Deus pai que criou a humanidade na qual me envolveu durante toda a minha vida até aqui. Pelos momentos proporcionados em mim, saúde, força e determinação, e, sobretudo a fé de que um dia tudo de há de mudar e mudou.

Cada conquista é, de certo modo, também a de muitas pessoas. Neste caso, meus familiares, amigos e de pessoas que fizeram parte dela.

Que este honrado trabalho acadêmico seja, de alguma maneira, uma homenagem aos nossos pais, pelos conselhos sábios e incentivos que nunca faltaram, pois eles deixam inúmeras e preciosas memórias que me conduzem dia após dia. Agradeço-os mesmo não estarem conosco neste mundo dos vivos, mas seus ensinamentos residem e me/nos conduz/em para os caminhos que sempre almejaram para nós.

À minha amada família,

Nas páginas desta jornada acadêmica, encontro a tinta do meu esforço misturado com as lágrimas de superação, e o papel se torna testemunha do apoio incansável que recebi de cada um de vocês. Este trabalho não é apenas meu, mas uma celebração do amor, paciência e encorajamento que compartilhamos. Agradeço por serem a base sólida que sustenta meus sonhos.

Aos meus queridos/as professores/as,

Este trabalho é dedicado a vocês, que com sabedoria, paciência e dedicação, guiaram-me pelos caminhos do conhecimento. Cada ensinamento de vocês foi uma luz a iluminar meu percurso acadêmico, moldando não apenas minha mente, mas também meu caráter, meu ser e persistência. Agradeço por compartilharem não apenas seus conhecimentos, mas também por inspirarem a busca constante pelo saber. Vocês são os arquitetos do meu crescimento intelectual, e esta dedicação é uma simples expressão da minha gratidão.

Aos meus queridos colegas de jornada,

Este trabalho é mais do que uma simples monografia; é o resultado de nossos esforços conjuntos, das longas noites e dias de estudos, dos desafios superados, das risadas e tristezas compartilhadas. A jornada acadêmica ganha cores especiais quando compartilhadas momentos desses com pessoas tão incríveis como vocês. Agradeço por cada troca de ideias, por cada colaboração e por cada momento de companheirismo que tornaram esta experiência única. Juntos, enfrentamos desafios, celebramos conquistas e construímos laços que transcenderão os limites acadêmicos. Que este trabalho não apenas represente nossas realizações individuais, mas também a força da nossa união. Que continuemos a nos inspirar uns aos outros em nossas futuras jornadas.

Aos meus queridos orientadores,

Professora Doutora Rosângela Ribeiro da Silva e Professor Mestre David Ferreira, é com imensa gratidão que dedico estas páginas aos mestres que guiaram minha jornada acadêmica. Seu comprometimento, sabedoria e paciência foram a bússola que orientou meu percurso rumo ao conhecimento. Suas orientações foram o alicerce sólido sobre o qual construí este trabalho.

Juntos, vocês não apenas moldaram esta monografia, mas também deixaram uma marca indelével em minha jornada como estudante e um profissional que vai ao exercício das suas funções com capacidade forte. Sou profundamente grato por ter sido orientado por profissionais tão dedicados, pacienciosos e capacitados. Na falta de fontes saiam soluções.

Com sincera admiração e reconhecimento vos digo “Ondjarama Bui” Muito Obrigado!

*“As crianças são a razão da nossa luta e as flores da nossa revolução.”*

*(Amílcar Lopes Cabral)*

## RESUMO

Este estudo busca analisar o panorama do ensino público na Guiné, focalizando nas perspectivas de um estudante em formação. A Guiné, como muitos países em desenvolvimento, enfrenta desafios significativos no âmbito educacional. Este trabalho se propõe a investigar as degradações do sistema educacional guineense sob a ótica de um estudante em formação, examinando suas experiências, percepções e desafios encontrados no contexto do ensino público. O objetivo principal é compreender as percepções de estudantes em formação sobre o ensino público na Guiné. Pretende-se identificar as principais questões enfrentadas e oferecer visões que possam contribuir para o aprimoramento do sistema educacional no país. Além disso, o estudo visa fornecer dados relevantes para embasar futuras políticas e práticas educacionais que visem melhorar a qualidade do ensino público na Guiné-Bissau. A pesquisa será conduzida por meio de métodos mistos, combinando abordagens quantitativas e qualitativas. A análise dos dados será realizada de forma integrada, proporcionando uma visão abrangente das questões abordadas. Espera-se que os resultados deste estudo forneçam uma compreensão mais profunda das percepções dos estudantes em formação em relação ao ensino público na Guiné. Serão destacadas as áreas de sucesso e as lacunas que demandam atenção prioritária. Os dados coletados poderão servir como base para recomendações específicas visando melhorar a qualidade do ensino, promovendo, assim, um ambiente educacional mais eficaz e equitativo na Guiné-Bissau. Este estudo pretende contribuir para o diálogo sobre políticas educacionais, promovendo avanços significativos no sistema de ensino público guineense.

**Palavras Chaves:** Guiné-Bissau; Precarização do ensino; Greves; Instabilidade política.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1.2 PROCESSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. O ENSINO GUINEENSE E SUAS ESPECIFICIDADES.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1. Os desafios na educação escolar.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2. A precarização da educação pública em Guiné-Bissau no contexto neoliberal ...</b>	<b>23</b>
<b>2.3. A relação do Estado guineense e a educação pública.....</b>	<b>27</b>
<b>3. O Estado guineense e as greves na educação: Impactos na educacionais nos primeiros anos do ensino primário.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1. A Luta pela Educação Impacta nos Direitos Sociais dos Indivíduos: Acesso e Permanência no Ensino.....</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, a educação tem sido usada como um dos elementos de transformação e da preservação dos valores que comprovam o funcionamento da sociedade. Sendo assim, quero destacar que a escolha da temática deste trabalho se deve pela minha ligação no ensino guineense, e por ter sempre me preocupado com a qualidade do ensino na Guiné-Bissau. Com isso, acredito que uma pesquisa voltada a esta questão traria contribuições significativas para o ensino do meu país, visando à melhoria da qualidade da Educação. Vale ressaltar que ao longo da minha formação no ensino superior, isto é, desde bacharel até aqui na licenciatura, discutimos muito nas salas de aulas as temáticas de vários autores e educadores que nos permitiram enxergar pontos críticos de situações nos setores de ensino. E isso me direcionou a pensar e escolher este assunto para um profundo estudo, podendo contribuir na melhoria do sistema educativo guineense. Sendo assim, o tema desse estudo de pesquisa tem como foco entender e discutir o ensino público guineense: Compreensões de um estudante em formação. Para entrarmos no desenvolvimento do nosso trabalho, vamos situar geograficamente a República da Guiné-Bissau.

A República da Guiné-Bissau fica localizada na costa ocidental da África, faz fronteiras com o Senegal (ao norte), Guiné (ao sul e leste) e com o oceano Atlântico (a oeste). Também faz parte do território da Guiné-Bissau o arquipélago dos Bijagós, formado por mais de oitenta (80) ilhas. O território que atualmente corresponde ao país da Guiné-Bissau foi colonizado por portugueses em 1446. Os colonizadores instalaram feitorias para a realização do tráfico de escravos com a população nativa. Somente no dia 24 de setembro de 1974, a Guiné-Bissau conquistou sua independência, tornando-se a primeira colônia portuguesa na África a conseguir esse feito.

"A economia do país é pouco desenvolvida". A agricultura, responsável por absorver mais de 80% da força de trabalho local, baseia-se no cultivo de castanha de caju (o país é o sexto maior produtor mundial), algodão, arroz, inhame, banana, manga e cana-de-açúcar. Essa atividade econômica ocupa 12% da superfície territorial da Guiné-Bissau.

A pesca é outro elemento importante para a economia nacional – o país é exportador de camarão. Existem grandes reservas minerais a serem exploradas na Guiné-Bissau, já foram confirmadas reservas de fosfato, bauxita e petróleo.

O país apresenta vários problemas socioeconômicos, possui um dos seis piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do planeta. A maioria da população vive abaixo da linha de pobreza, com menos de 1,25 dólar por dia; a expectativa de vida é uma das menores do mundo – 46 anos."<sup>1</sup>

A Guiné-Bissau é um país muito pequeno em extensão, mas com uma grande diversidade linguística e cultural, além de ser muito rica em gastronomia.

Este país, ao longo de todo período após a sua independência, passou por várias instabilidades e tropeços políticos, fatos que dificultaram e/ou atrasaram o avanço em todos os setores, de modo particular e que nos interessa aqui neste trabalho, o setor de educação. As greves são resultado da falta de cumprimento da parte do Governo para com os professores. O golpe de Estado de 2012, por exemplo, foi registrado como um dos acontecimentos que impactaram mais uma vez o avanço do país. Pois quando há conflito político, isso acaba por abranger todos os setores do país, sobretudo o setor de educação escolar pública.

Isso destaca de forma clara e incisiva a relação direta entre instabilidade política e o impacto no setor educacional. Em muitos países, a educação pública sofre significativamente durante períodos de instabilidade, pois a governança eficiente é crucial para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas educacionais robustos.

Os efeitos cumulativos das instabilidades são prejudiciais não apenas para a educação, mas para o progresso geral do país. Quando os professores entram em greve devido à falta de pagamento ou outras promessas não cumpridas, os alunos perdem dias de aulas preciosas, o que afeta sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas habilidades. Além disso, essa situação pode desmotivar os profissionais da educação, levando a uma menor qualidade no ensino.

Isso é uma questão crucial que merece atenção: a necessidade de estabilidade política e cumprimento das obrigações governamentais como pilares essenciais para o avanço e fortalecimento do setor educacional.

---

<sup>1</sup> As informações apresentadas sobre a localização geográfica e econômica da Guiné-Bissau estão disponíveis em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/guinebissau.htm>. Dados extraídos no dia 06.11.2023 às 00:23.

Para podermos trazer um dos conceitos principais sobre a educação partimos da ideia de Brandão (2017) de que, nós seres humanos, vivenciamos experiências de aprendizagem nos diversos setores: em casa, aquela educação primária; na rua, na igreja e na escola aquela adquirida na sociedade. Às vezes se pensa que a educação escolar é um caminho para ganhar bons empregos e possuir bons salários. Todavia, ela é muito mais que isso. Ela é um dos elementos de demasiada importância para a evolução e integração de um ser humano.

Sobre estas ideias, podemos assim perceber que a educação no cotidiano de uma pessoa apresenta uma grande importância, que se espelham nos mais diversos campos, com destaque para a capacidade de saber relacionar, fazer interpretações das informações que serão recebidas no seu dia a dia e que possa tomar suas próprias decisões, tornando-a mais crítica, procurando o bem da humanidade. A transmissão de conhecimentos que as disciplinas nos proporcionam na educação é algo a considerar importante, mas temos que ter em conta a formação de pessoas capazes de responder às necessidades coletivas.

Neste caso, podemos assim entender que a educação está relacionada ao ensino e aprendizagem, uma vez que influencia nas mudanças de comportamentos do indivíduo no meio da sociedade, ajudando-o a pensar e ter uma visão ampla da importância e dos valores que o envolve e, de igual modo, lhe ajudando a participar na sua construção e conservação.

A educação escolar, por sua vez, é compreendida como sendo aquela educação transmitida por uma instituição de ensino, neste caso a escola, na qual o indivíduo vem adquirindo novos conhecimentos e modos de se comportar perante a sociedade. A educação é um meio importante, que pode contribuir para a criação de bases para que o país ou a humanidade possam encontrar o caminho de crescimento e avanços.

Nesse sentido, a minha pretensão em trazer a discussão sobre as greves no setor do ensino público guineense, e seus impactos no aprendizado de jovens e adolescentes, veio após ter assistido e vivenciado a precariedade de meios para a formação de jovens e adolescentes, bem como as desigualdades no que tange a garantia de estudos para todos. Baseado na minha experiência pessoal sobre a educação na Guiné-Bissau entendo a necessidade de expor, brevemente, a minha história nesse processo educacional.

Começo por dizer que desde quando eu tinha três (3) anos de idade fui educado por meu tio, irmão mais velho da minha mãe, o qual se esforçou muito para que eu me tornasse quem sou hoje. Ao retomar meu processo desde o curso primário até complementar, devo citar que iniciei os meus estudos na escola pública denominada 20 de Janeiro, no ano de 1991, mas devido às greves meu tio me transferiu para a Escola Missionária São José, que tem como gestão administrativa e pedagógica a Missão Católica.

Concluí o (6º) ano na Escola pública Armando Malú e o 7º ano no Liceu Comunitário de Bambadinca, atual Liceu Padre António Grillo. No ano de 2005 fui para Bissau, onde entrei no Seminário Franciscano, que fica situado no bairro de Brá, na capital Bissau, para preparação da vida sacerdotal, e foi lá que estudei entre os anos 2005 a 2008 os níveis de 8º e 9º anos de escolaridade.

Nos anos 2008 a 2010, estudei os 10º e 11º anos na região de Bafatá, a segunda capital da Guiné-Bissau (Bafatá é uma cidade localizada no leste do país e é a segunda maior cidade da Guiné-Bissau e onde nasceu o fundador da nação guineense, Amílcar Cabral). Na altura, o 11º ano era o último nível para entrada nas faculdades. A situação complicou, pois na universidade, as mensalidades eram muito caras. Sem meios, fui contratado por Padre Dionísio Ferraro para lecionar os níveis de 1º a 4º ano. Dois anos depois, foi implementado o nível de 12º ano no país, logo decidi voltar para Bambadinca cursando esse nível em 2013. Tendo finalizado, para não ter desligamento com o aprendizado “porque se aprende transmitindo”, fui contratado pelo Liceu Padre António Grillo de Bambadinca para lecionar a disciplina de Desenho do 7º ao 9º ano e ao mesmo tempo, fui Secretário na Escola Missionária São José de 2013 a 2016. Devido a incompatibilidade de horários e ao excesso de aulas no Liceu, não foi possível continuar como Secretário, contudo fui contratado para lecionar 5º e 6º anos, funções desempenhadas até a minha vinda ao Brasil. Eu vim para o Brasil, sobretudo para a UNILAB, devido à falta de meios financeiros para me formar no meu país. Pude perceber que esta falta de meios para estudar, tinha levado vários dos meus colegas a inserir-se no mercado de trabalho, antes da minha vinda para o Brasil. Contabilizando o tempo que fiquei sem estudar, foram sete (7) anos, esse seria o tempo para concluir qualquer curso. Pode-se notar, dessa maneira, que a Educação não é garantida para todos, pois se não se tem meios financeiros suficientes, não se tem como estudar. É como diz o ditado crioulo “**si bu ka**

**tene kosta largu, bu ka pudi fassi nada**”, ou seja, se não tiver alguém com costas largas (alguém no aparelho do Estado ou com possibilidades), não consegues fazer nada.

Devido à sua precária condição econômica e social, a Guiné-Bissau se encontra bastante dependente da ajuda externa para seu desenvolvimento tanto bilateral quanto multilateral, particularmente para os serviços públicos, sendo a educação e a saúde os setores com maior dependência. As condições de fragilidade do Estado Guineense como a má governança, corrupção, baixos níveis de coesão social, desigualdades e exclusões afetam a educação pública. Os pais e a sociedade civil em geral têm uma participação ativa na educação, fazem parte da criação de escolas bem como no pagamento de mensalidades (propinas), para garantirem a permanência dos seus filhos e educandos nas salas de aulas.

Desta forma, essa pesquisa pretende verificar a relação das políticas de desenvolvimento social e econômica dos organismos internacionais para o Estado guineense, e os impactos na educação desse país, visto que as condições de fragilidade que o governo apresenta para gerir as políticas de formação de professores que possam cumprir seu papel sem greves, como vem se apresentando no decorrer dos anos 2000 a 2008. O que é mais grave, ou tão grave quanto, são os impactos dessa problemática na educação escolar no ensino fundamental na Guiné-Bissau. O tema a abordar apresenta sua grande relevância social, pois poderá contribuir com a sociedade guineense pudesse (possa) ter compreensão da relação das políticas de atendimento à educação pelo Estado, sendo este responsável por criar novas dinâmicas para o ensino, permitindo que a sociedade consiga se desenvolver, minimamente. Além de possibilitar que os sujeitos conheçam os seus direitos e como eles devem ir à procura desse direito. Lembrando que, não se pode falar da implantação de uma política social para o desenvolvimento de um país sem levar em consideração as políticas públicas para a educação escolar.

Ao longo dos tempos, ou seja, desde a sua independência, houve vários ciclos de greves que impediram muitas crianças de darem os primeiros passos para conquistarem seus sonhos, através da educação, apesar que também é a partir dessas greves os professores viram seus direitos serem posta na mesa para a sua resolução. Quais efeitos provocados pelas greves para a sociedade guineense, em particular o ensino fundamental? A quem interessava a manutenção das problemáticas que provocavam as greves dos professores?

Para a análise da problemática em tela, temos como objetivos O ensino público guineense: Compreensões de um estudante em formação.

Como objetivos específicos, pretendemos compreender as relações entre o Estado guineense e o ensino público, bem como identificar os fatores da precarização do trabalho docente no contexto neoliberal, os quais motivaram as greves na educação desse país; discutir os impactos das greves dos/das professores/as na aprendizagem escolar das crianças do ensino fundamental, e, identificar a origem das greves no ensino público guineense e seus impactos no processo de ensino e aprendizagem das crianças no ensino fundamental.

Partimos da hipótese de que as greves na educação e instabilidade sócio-política impactaram de forma drástica o desenvolvimento da Guiné-Bissau, deixando à margem da sociedade e sujeitas a muitos males, grande quantidade de crianças, negando-as um direito fundamental.

A ausência de um sistema educacional sólido e estável contribui para a perpetuação da pobreza e da desigualdade. As crianças que não têm acesso à educação de qualidade, são mais vulneráveis ao trabalho infantil, exploração e outras formas de abuso. Além disso, a falta de formação educacional limita as oportunidades de emprego e o desenvolvimento pessoal, resultando em uma geração que enfrenta dificuldades para contribuir de maneira significativa para o crescimento econômico e social do país.

Uma sociedade com ensino de qualidade permite aos jovens e adolescentes entenderem e interpretarem sobre o meio que os envolve, para que possam participar ativamente nas discussões e decisões públicas. Quando desejamos que um país ou uma sociedade possa estar na condição de fazer suas necessidades fundamentais, o ensino das ciências e de novas tecnologias é imprescindível.

No âmbito social podemos constatar que as manifestações, os debates e encontros influenciam no processo ensino-aprendizagem. Por essa razão, é de grande importância que haja a compreensão de que o horizonte dessas lutas não paira somente nas questões políticas, é preciso almejar uma sociedade que tenha como primazia o ser humano, a vida de todos os seres. Contudo, não é demais lutar por uma política séria de assistência educativa e social nos espaços escolares, para permitir intercâmbio de ideias sobre os problemas da nossa sociedade. Esses intercâmbios de ideias permitem que os jovens, após

analisarem determinados assuntos, desenvolvam autonomia para a tomada de decisões. Através das discussões, de uma prática dialógica e crítica do real, pode-se notar que há sempre opiniões contrárias, é isso que a educação escolar e científica democrática busca fazer no meio social, criando jovens e adolescentes críticos.

A educação escolar para o povo guineense, assim como para qualquer povo, poderá contribuir bastante no campo científico, pois a tecnologia e as ciências são elementos fundamentais para que o país possa alcançar o tão almejado desenvolvimento e superação de dificuldades. A promoção da educação científica no país significará muito para o avanço do país, porque a educação científica pode ser considerada um alicerce de grande relevância no processo ensino-aprendizagem.

O trabalho discute a precarização do ensino público guineense e os impactos das greves dos/das professores/as no ensino fundamental (2000-2008), ressaltando como esses eventos contribuíram para um cenário educacional fragilizado e desigual. Durante esse período, a frequente interrupção das atividades escolares devido às greves comprometeu significativamente a qualidade do ensino e o aproveitamento dos alunos. Além disso, a falta de continuidade no processo educativo afetou a formação básica de inúmeras crianças, exacerbando as desigualdades sociais e limitando suas oportunidades futuras. A análise apresentada evidencia a necessidade urgente de reformas estruturais e de políticas públicas que garantam a estabilidade e valorização do corpo docente, essenciais para a construção de um sistema educacional mais justo e eficiente.

## 1.2 Processo Metodológico

No que compete ao desenvolvimento deste trabalho, terá como sustento metodológico uma Revisão da Literatura sobre precarização do ensino público guineense e os impactos das greves dos/das professores/as no ensino fundamental, a esse respeito Creswell (2016, p. 48) testifica que:

[...] quem elabora uma proposta também precisa rever a literatura sobre o tópico do seu interesse. Essa revisão da literatura ajuda a determinar se vale a pena estudar este tópico e proporciona *insight* sobre as maneiras

em que o pesquisador pode limitar o escopo para uma área de investigação necessária.

Comumente, os primeiros passos a serem dados no transcurso da nossa investigação será a Revisão de Literatura, a qual nos permitirá ter uma clareza em relação ao assunto a ser abordado. O método que vai ser utilizado, ao longo da realização do nosso trabalho, será qualitativo, por contemplar as demandas propostas.

Segundo Strauss & Corbin (2008) a pesquisa qualitativa é o método usado para estudar e entender os fenômenos sociais que se dão a partir da relação do indivíduo com a sociedade, ou seja, as experiências vividas, as relações sociais, o funcionamento organizacional e os problemas sociais que ali ocorrem. Além disso, segundo a argumentação de Gonçalves (2001), o pesquisador, nesse caso, é a principal ferramenta, pois, é ele quem faz a análise dos conceitos, das relações e dos significados que os indivíduos atribuem às coisas.

Nesse seguimento, também utilizaremos as coletas de dados e análises das informações obtidas de diferentes fontes, lembrando que Marconi & Lakatos (2010) nos alertam que a pesquisa qualitativa, para além das possibilidades de analisar os dados, ainda nos oferece as alternativas de diversas técnicas. Porém, no que concerne à entrevista, faz-se necessário ressaltar como nos ensina Gil (2010) que a entrevista é uma técnica em que o pesquisador se apresenta perante o entrevistado ou pesquisado e faz questionamentos, com o objetivo de alcançar os dados que interessam à pesquisa.

O autor, dessa forma, considera a pesquisa como uma interação social, ou seja, um diálogo assimétrico em que uma das partes busca recolher dados e a outra se apresenta como uma fonte de informação. Por necessidade de obter as informações, será feita coleta e análise dos documentos referente a Precarização do Ensino Público Guineense e os Impactos das Greves dos/das Professores/as no Ensino Fundamental a partir das fontes primárias e secundárias.

## **2. O ENSINO GUINEENSE E SUAS ESPECIFICIDADES**

A educação escolar é um dos principais alicerces no desenvolvimento pessoal, coletivo e profissional de qualquer que seja cidadão, nesse caso, é um direito fundamental e básico que um Estado deve garantir aos seus cidadãos. Pode-se assim compreender que a valorização da política pública educacional, ou seja, priorizando as demandas educacionais em qualquer país do mundo, mostra de certa forma, o quão o Estado almeja alcançar o desenvolvimento, que não é o caso da Guiné-Bissau, onde as greves põem em causa os direitos dos jovens, adolescentes e crianças guineenses de estudar, adiando assim a cada dia o desenvolvimento do país.

O Estado da Guiné-Bissau precisa construir um sistema de ensino capaz de dar respostas aos obstáculos que afetam o desenvolvimento do país. Se estivermos falando de falta de condições para os estudantes poderem enfrentar as faculdades, como será possível arrancar o país na profundidade a que se encontra mergulhado? Várias escolas sem professores qualificados, ou seja, com precária formação profissional, nas quais o número dos professores contratados cada vez aumenta. O Estado deve garantir possibilidades de estudo para todos, para poderem colmatar drasticamente essa péssima história.

A esse respeito, a Liga guineense dos Direitos humanos diz que é dever a garantia à educação, porém:

“Garantir o direito à educação visa, acima de tudo, garantir o desenvolvimento humano de qualquer sociedade através da construção de oportunidades de escolha para cada indivíduo se poder sentir realizado de forma livre, condigna e responsável dentro da sua comunidade.”  
(DIREITOS HUMANOS, 2012, p. 57).

Aqui se destacou a importância de garantir o direito à educação como um meio fundamental para a promoção do desenvolvimento humano em uma sociedade. O direito à educação é reconhecido internacionalmente como um direito humano básico e garantir esse direito significa garantir que todos os membros de uma sociedade tenham acesso a oportunidades educacionais adequadas.

Ao longo da minha contribuição como professor e secretário, que também lida com arrecadação e controle das propinas em Guiné-Bissau tenho percebido que os pais, encarregados de educação e a sociedade civil, na sua maioria, têm uma participação ativa na educação formal, na criação de escolas em diferentes partes do país, principalmente nas

regiões e tabancas (aldeias) mais distantes da capital Bissau, na procura de professores e no pagamento de mensalidade para a manutenção dos professores nas salas de aulas, ou seja, disponibilizam incentivos financeiros (mensalidades) e não financeiros que permitem que, num quadro de grande fragilidade e instabilidade, certas escolas nunca deixem de funcionar. Isso porque maioria das escolas públicas adotaram o regime de autogestão<sup>2</sup> devido a essas situações.

Relativamente a esta questão, Augel refere que:

O número de professores com uma formação pedagógica e acadêmica é mínimo, predominando professores leigos e com um precário preparo. Até hoje, o ensino é efetuado na língua oficial do país, o português, que continua a ser desconhecido pela maioria da população. (AUGEL, 2007, p.72)

Ao longo deste período, o setor de ensino guineense é caracterizado como precário devido à falta de investimento do próprio Governo guineense, fato que se traduziu na falta de professores qualificados, na falta de infraestruturas escolares, na falta de manuais escolares, bem como na falta de bibliotecas e livrarias para atender as necessidades dos estudantes, e ainda podemos apontar a falta de escolas suficientes, uma vez que muitas escolas, devido ao excesso de alunos matriculados, são obrigadas a criarem barracas.

Como nos mostra Cá (2008) que “devido à forte pluviosidade nos meses de julho, agosto e setembro, as barracas não resistiam a essa estação. Elas eram geralmente construídas pelos alunos, com ajuda dos professores, ao início de cada ano letivo ou em outubro”

Nesse sentido, para Sané (2018), “Essa situação demonstra que levar todas as crianças à escola pode ser um objetivo facilmente realizável, mas fazer com que permaneçam nela, progridam, aprendam e tenham sucesso já é um objetivo que só pode ser alcançado com uma forte vontade política, um envolvimento efetivo do Estado, por meio de uma política coerente para mobilizar e disponibilizar todos os recursos humanos, materiais e financeiros necessários”. O autor, assim, nos mostra que, mesmo que haja um desafio inicial que seria levar as crianças até o espaço escolar, isso não garante que ela vai

---

<sup>2</sup> Regime de autogestão é uma modalidade que os pais e encarregados de educação juntamente com a escola chegaram a um acordo para que eles efetuassem pagamentos de mensalidades ou taxas para que seus filhos e educandos possam frequentar as aulas sem interrupção.

ter o acesso à uma educação de qualidade, permanente, estruturada, uma vez que o Estado não garante esse compromisso.

Augel (2007), avaliando a questão da formação escolar, afirma que

“O número de pessoas com formação universitária e uma excelente qualificação profissional hoje é grande, todavia a maioria desses alunos formados não se mantém no país, isso é a origem dessa falta de quadros formados nas instituições escolares assim como no próprio Estado. Verificam-se, nesse sentido, pessoas não qualificadas ao qual não dão oportunidade às pessoas qualificadas para exercerem suas funções e estes por sua vez são obrigados a se submeterem a subempregos ou às atividades em áreas alheias a formação, nos setores secundários e terciários devido a, sobretudo os baixos salários”

O país assumiu a independência em 1973 e foi reconhecida por Portugal em 1974, isto é, um ano depois<sup>3</sup>. Contudo, tem enfrentado graves problemas sociais, políticos e econômicos que fizeram com que a maioria da sua população seja considerada pobre. Os documentos como o Projeto de Apoio ao Ensino Superior (PAES, 2010), nos países da União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA) e o Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II) apontam que a Guiné-Bissau é um dos países da sub-região africana que pouco investe na educação. O autor Sucuma (2013), acerca do assunto afirma que:

“Contudo, desde que o país assumiu a democracia nunca conheceu a paz governativa, fato que criou atraso no desenvolvimento em todos os sectores da vida nacional como na economia, saúde, educação, justiça e infraestruturas” (SUCUMA, 2013, p.40).

Esses são alguns dos motivos que continuam a deixar o país mergulhado como um dos países da sub-região africana que pouco investe na educação. Um país ou sociedade sem paz não consegue realizar seus programas ou projetos planejados. E isso, com certeza, faz com que a sociedade perca o rumo do planejado, que é, ter a estabilidade.

---

<sup>3</sup> Disponível em : <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2023-09/guine-bissau-celebra-50-anos-de-independia-sem-grandes-motivos-p.html#:~:text=Entretanto%2C%20o%20Parlamento%20realizou%20uma,Guin%C3%A9%20Bissau%20a%2024%20de>) Acesso em 20/11/2023

Sané (2018) diz ainda que:

“o ensino público na Guiné-Bissau é marcado por carências em todos os seus níveis. O parque ensino escolar encontra-se em péssimas condições de funcionamento, falta quase tudo para garantir um mínimo de sua funcionalidade, e os professores estão longe de ver seu trabalho reconhecido e recompensado, sobretudo os que lecionam no interior do país, cuja maioria está com seus salários atrasados há mais de um ano.”

O autor, acima, detalha as dificuldades para uma manutenção mínima das condições estruturais para o ensino, além da falta de valorização da classe profissional, e descumprimento de uma necessidade básica para a sobrevivência, que é o pagamento pelo trabalho prestado.

Outros autores complementam essa informação, afirmando que “Os impactos na educação foram sentidos com a interrupção de aulas, sem concluir calendário escolar e com professores em greve devido ao não pagamento de salários” (REHDER; SILVA; MONTEIRO, 2018, p. 964).

Só num período de quinze (15) anos, isto é, 1998 a 2013, a Guiné-Bissau obteve uma mudança fortíssima de ministros e de chefes de estado, que como temos referido anteriormente, é o resultado da instabilidade que vem afetando o país e, sobretudo, os mais carenciados que sequer têm condições mínimas para alimentação, uma vez que isso traz impactos na educação, sentidos com a interrupção de aulas, falta de conclusão do calendário escolar e com professores em greve, isso devido ao não cumprimento do dever do Estado que é o pagamento de salários aos professores. Às vezes se pensa que os professores iam à greve porque queriam, poderíamos perguntar, quem é que trabalha recebendo seu salário e entra na greve? Os professores faziam greves justamente para exigir ao Estado o cumprimento da sua obrigação, que é pagar os seus salários.

Outro aspecto importante, apontado por Cá, 2008 é que de que, “um dos fatores apontados como principal responsável pela baixa qualidade, designadamente no que se refere aos ensinos básico, elementar e complementar, era a deficiente preparação do pessoal docente” (CÁ, 2008, p. 199).

Essa deficiência na formação, como sabemos, vai impactar na formação escolar das crianças atendidas pela rede de educação do Estado Guineense, que, por sua vez, terão dificuldades extras quando da sua continuidade nos níveis seguintes.

Os professores, sobretudo, os que se encontram colocados nas escolas no interior do país são os mais esquecidos, o que faz com que muitos desistem das suas funções para migrarem para áreas nas quais consigam sobreviver. Este fato fez crescer número significativo dos professores contratados que não têm uma formação para lecionar, que também sofrem da mesma situação. Essa situação gerou nos pais e encarregados, uma obrigação na criação de uma possibilidade para a manutenção dos filhos nas escolas, isto é, a maioria das escolas adotaram o regime de autogestão, acordo esse, assumido propriamente pelos pais e encarregados de educação, que passam a pagar propinas, porque não querem que a formação dos seus filhos fique estagnada.

O documento Direitos Humanos (2012, p. 57) salienta que:

“garantir o direito à educação visa, acima de tudo, garantir o desenvolvimento humano de qualquer sociedade através da construção de oportunidades de escolha para que cada indivíduo se sinta realizado de forma livre, condigna e responsável dentro da sua comunidade”.  
(DIREITOS HUMANOS, 2012, p. 57)

Verificam-se de vez em quando essa não garantia de estudos devido ao não cumprimento do Estado com os seus direitos e deveres, no que tange ao pagamento dos salários dos professores para a sua permanência nas salas de aulas. Essas interrupções fazem com que muitos alunos percam várias partes dos conteúdos, e isso por certa forma acaba prejudicando no seu aprendizado.

Quando estamos falando de greves nas instituições escolares, falta de meios para os alunos estudarem, estamos a falar da não garantia de ensino, como mostra os Direitos Humanos que:

“O ensino básico não é ainda um direito adquirido na Guiné-Bissau apesar do seu acesso ser declarado gratuito a nível nacional. Do ponto de vista global, cerca de três quartos das crianças guineenses não chegam a frequentar por um dia a escola” (DOS DIREITOS HUMANOS GUINÉ-BISSAU, 2012, p. 58).

O ensino básico ainda não é um direito na Guiné-Bissau uma vez que, quando os pais são obrigados a pagarem propinas para que seus filhos não corram o risco de perder aulas, isso mostra claramente que a educação ainda não é gratuita, pois muitas destas crianças são expulsas das escolas para trazerem dos pais o dinheiro para o pagamento das suas respectivas propinas, e muitos não continuam ter possibilidade de fazer esse pagamento, devido aos salários miseráveis que não bastam para cobrir as despesas.

Segundo Cá,2008:

“o ensino básico era universal, obrigatório e gratuito, com a duração de seis (6) anos. Sua finalidade principal era fomentar e assegurar um conjunto de conhecimentos, valores e experiências que permitissem a cada jovem assumir a sua própria vida e ser um cidadão produtivo, participando ativamente da vida social e econômica, por um lado, e, de outro, é na escola que os jovens aprendem a *ler* e a *escrever*; na Guiné-Bissau, iniciam-se no estudo da linguagem matemática e do pensamento científico, mesmo que fosse elementar.” (CÁ, 2008, p. 211)

A abordagem universal, obrigatória e gratuita do ensino básico destaca um compromisso com a igualdade de acesso à educação, buscando criar uma base comum de conhecimentos para todas as crianças. A ideia de promover a capacidade das crianças de assumirem suas vidas e se tornarem cidadãos ativos sugere uma visão educacional mais inclusiva, que vai além do simples desenvolvimento acadêmico. Portanto, é importante notar que o fruto dessa abordagem dependerá da qualidade do sistema educacional, dos recursos disponíveis e do compromisso contínuo com a melhoria.

Dos Direitos Humanos Guiné-Bissau (2012),

“Pode verificar-se que as crianças provenientes de famílias mais abastadas, com possibilidades econômicas bem sucedidas têm 90% de possibilidades de aceder à escola, enquanto que aquelas originárias de famílias mais pobres têm apenas 65%. Estas disparidades manifestam-se, sobretudo quando se progredem para os níveis mais elevados de ensino. Com o efeito, as crianças de meios sociais mais favorecidos têm cinco vezes mais possibilidades de terminar o ensino básico e oito vezes mais chances de aceder ao ensino secundário do que aquelas de famílias mais pobres”

Desde o ano 2000, a Guiné-Bissau buscou se recuperar bastante do conflito civil de 1999 (a guerra que durou onze (11) meses), mas mesmo sendo assim, a guerra civil e consecutivos conflitos deslocaram muitas pessoas, destruíram muitas escolas e impediram que a maioria das crianças, adolescentes e jovens frequentassem a escola quase metade do ano escolar.

A falta de estabilidade resultou nas mudanças de políticas públicas o que resulta em baixo rendimento escolar no país, como afirmam os autores:

“Até hoje, mais de 40 anos após a independência, já tomaram posse 36 ministros da educação na Guiné-Bissau; as taxas de escolarização são as mais baixas do conjunto de países da África Ocidental; a taxa líquida de escolarização do 1º ao 6º ano de escolaridade é de 67%; e há ausência generalizada de manuais escolares. Os professores em exercício são essencialmente do sexo masculino, com um elevado número sem formação pedagógica inicial e falta de acesso à formação contínua. A taxa de alfabetização (população com mais de 15 anos) é de 49,8%” (REHDER; SILVA; MONTEIRO 2018, p. 968 apud UNESCO, 2013; GUINÉ-BISSAU, 2011a, UNICEF, 2018).

Todo esse número de ministros de educação para a educação escolar na Guiné-Bissau significa que poderia haver alterações no que tange às normas de funcionamento. As instabilidades políticas, neste caso, não ajudaram a população guineense, posto que tais mudanças de ministros significam que algo não está bom. Outro problema se deve às mudanças de primeiro-ministro, que após assumirem liderança, fazem novas nomeações dos diretores das escolas, e até dos inspetores escolares, em que muito dos casos, esses ministros de educação, que serão nomeados, nem têm uma afinidade, ou seja, uma familiaridade com o sistema educacional.

Para Semedo (2011) “falar da educação na Guiné-Bissau, para a maioria dos guineenses, é falar de problemas que começam com a falta de salas de aulas, de professores qualificados e que terminam com uma alta taxa de repetência, de desistência”

A educação desde o início da humanidade tem sido uma das preocupações e prioridades de cada nação, pois com a educação pode-se reunir conhecimentos e valores pelos quais o indivíduo ou sociedade deve superar. Nascemos com um saber ou

conhecimento, mas através da educação escolar será possível acrescentar muita sabedoria. Nesse ponto de vista que Rehder, Silva & Monteiro (2018) apontam que apesar desta abrangência do direito à educação e à igualdade de gênero estarem presentes na Guiné-Bissau desde a luta pela libertação nacional, isto é, nos períodos de (1964-1974) e a criação de primeiras escolas, na qual havia a promoção da gratuidade e obrigatoriedade (CÁ, 2008; CHABAL, 2002), a educação como um direito universal está difícil de ser garantida até hoje.

De tal modo, para Semedo (2011), “o direito à educação é considerado um dos direitos fundamentais da pessoa humana e conseqüentemente um dos direitos da criança. Mas, as dificuldades de gestão de um sistema de ensino sem recursos dão mostras de que não basta a boa vontade e a declaração da educação com um direito. É necessário ir para além da vontade e das boas intenções”.

A educação é um bem que o Estado deve garantir a todos, pois, isso faz parte de direitos humanos e neste caso, tudo o que é direitos humanos deve ser garantido a todos sem exclusão. Em outras palavras, a educação sempre foi uma das grandes preocupações do fundador da nacionalidade guineense-Amílcar Cabral que dirigiu a luta de libertação nacional, sempre dizia “os que sabem devem ensinar os que não sabem”. Augel (2007), dessa maneira, dá-nos a conhecer o seguinte:

“O comando das forças libertadoras se preocupou desde muito cedo com a formação de quadros, estabelecendo mesmo uma escola em regime internato na vizinha República da Guiné para as crianças guineenses, filhas de guerrilheiros (1965). Imediatamente, depois da independência, muitos jovens foram enviados com bolsas de estudo para outros países, sobretudo países socialistas com os quais eram mantidas estreitas ligações, mas também para a França, Inglaterra, para Cuba e mesmo para o Brasil e, com o passar do tempo, igualmente para Portugal.” (AUGEL, 2007, p.73).

Levando isso em consideração, o Estado da Guiné-Bissau deve fazer muito esforço de investir na educação, caso realmente queira cumprir com a obrigação que qualquer país deve para com a sua população, o de contribuir para o desenvolvimento equilibrado do país permitindo que a população esteja bem preparada para enfrentar e prosseguir em frente

respondendo às necessidades de toda a população guineense e não só, de toda a humanidade.

A verdade máxima que o Estado deve possuir é a de que a educação tem sido e continua sendo um dos caminhos para o desenvolvimento, visto que muitos países considerados como desenvolvidos aceitaram apostar no ensino que irá preparar a população, para que no presente e no futuro possam ser competentes, podendo assim administrar bem e com respeito, o bem público. Neste caso, vejamos o caso dos Estados Unidos da América, que é considerado um país desenvolvido, isso graças à sua aposta na formação, como defendem Rubin Oliveira e Wielewicki (2010, p.218), dizendo que:

“a educação, a ciência e a tecnologia tiveram papel crucial na construção desse projeto hegemônico. Nesta disputa de forças, os Estados Unidos aparecem como potência, principalmente pela aproximação de seus projetos de ciência, educação e tecnologia”. (OLIVEIRA, WIELEWICKI, 2010, p.218)

O mau resultado, ou seja, a falta de recursos humanos na Guiné-Bissau, tem como uma das causas, a falta de criação de meios de aplicabilidade de políticas públicas para o setor educacional.

## **2.1 Os Desafios na Educação Escolar Guineense**

A educação escolar guineense deve dominar desafios para que possa efetivamente cumprir a missão que lhe é reservada, a qual tem como função formar cidadãos bem preparados, com capacidade de dinamizar ações que possam antecipar os problemas que a sociedade enfrenta no seu dia a dia, e em seguida pensar nas suas soluções.

Assim, são enormes os desafios da educação no país, sobretudo com uma sociedade que nunca tem tranquilidade política. O orçamento digno para a educação, formação dos professores, garantir que as escolas tenham materiais e equipamentos que facilitem os professores e alunos nas suas atividades, criar condições para que os alunos sem dificuldades possam enfrentar seus estudos, isto é, lhes garantindo bolsas internas de

estudos, e externa, , caso houver a necessidade de fazer uma especialização em alguma área que o país ainda não possui, clareza e transparência no que diz respeito à gestão da ajuda feitas pelos parceiros internacionais. Esses são os maiores desafios que a sociedade deve enfrentar e exigir do Estado, para o bom cumprimento de normas de funcionamento de um Estado capaz de responder às necessidades da população em geral.

Semedo (2011) aponta que, oficialmente (ainda que pudemos ver que não há um cumprimento real dessa condição:

“a gratuidade do Ensino Básico é assumida, no documento, como um meio de inclusão de todas as crianças, evitando que muitos pais deixem de enviar os seus filhos à escola por falta de meios financeiros para pagamento de taxas de matrícula e propinas.” (SEMEDO, 2011, p.5)

Há muito que se resolver para que a organização no setor de educação possa se concretizar, principalmente, no que tange à formação dos professores, posto que é extremamente preocupante, sobretudo no interior do país. Para uma educação básica de qualidade os professores devem estar preparados para receberem os alunos que estão tendo o seu primeiro contato com os conteúdos. A educação básica é um dos elementos fundamentais que podem contribuir para a construção de uma sociedade, é como diz o ditado “de pequeno se torce o pepino”, uma vez que se esse aluno recebeu uma educação de qualidade, com professores preparados para tal, ele terá condições para melhor interação social, e poderá crescer com um saber que faz outro aprender através da interação.

Numa perspectiva de dar melhor assistência na educação, o autor alega que:

“Apesar de todas as dificuldades e carências, há um esforço que vem sendo feito no sentido de proporcionar às crianças e jovens uma educação de qualidade, numa perspectiva de dar o melhor às crianças, “flores da nossa luta e razão principal do nosso combate”, conforme disse Amílcar Cabral.” (SEMEDO, 2011, p. 3)

É inspirador reconhecer o esforço contínuo dedicado a proporcionar uma educação de qualidade, apesar das dificuldades e carências existentes. Amílcar Cabral, ao considerar as crianças como *"flores da nossa luta e razão principal do nosso combate"*, ressalta a importância fundamental de investir na educação para garantir um futuro melhor. É um lembrete poderoso de que, mesmo diante de desafios, a educação permanece como uma

ferramenta vital para o desenvolvimento individual e coletivo. Esses esforços merecem reconhecimento e apoio contínuo, pois buscam construir uma base sólida para as gerações vindouras.

Sob estes pontos de vista, Augel (2009) por sua vez, afirma que a educação superior é um meio necessário para diminuir problemas tanto políticos como sociais no seio da sociedade guineense. Apostar no ensino é ter a certeza máxima de que essa sociedade irá crescer progressivamente e cada indivíduo irá conhecer e conservar os valores nacionais.

## **2.2 A Precarização Da Educação Pública Em Guiné Bissau No Contexto Neoliberal**

Para falar da precarização da Educação na Guiné-Bissau, vamos trazer a instabilidade política como um dos elementos fundamentais que impede que o Estado guineense obtivesse o sucesso que tanto almeja. Como é sabido, se vamos aos aspectos geográficos, iremos perceber que o Estado é composto por um território e esse território por sua vez é definido por relações de poder e uma fronteira. Com essa perspectiva podemos dizer que o Governo é conjunto de pessoas que têm por função, administrar esse Estado. Finalmente, não menos importante, ou se quisermos, é o mais importante, pois sem a sua existência não existe o Estado, nesse caso estamos a referir a População (os cidadãos) que habitam nesse território. Portanto, o Estado é uma grande instituição formada por esses três elementos citados acima (Território, Governo e População (os cidadãos)) que tem função de gerenciar, cuidar de tudo em benefício do bem coletivo de modo particular ao qual nos interessa neste trabalho que é a Educação Pública que é gerida pelo Estado.

Para compreendermos bem a definição de Estado, basta observar que fazemos parte de instituições ou sociedades. Estas, por sua vez, são formadas por interesses materiais, nível de parentesco ou objetivos espirituais, por exemplo. É na convivência entre essas sociedades que desenvolvemos nossos conceitos e aptidões físicas, morais e intelectuais.

Ao analisar esses aspectos, entende-se que o Estado não é mais nada do que uma sociedade constituída por um grupo de indivíduos organizados, como: os grupos

familiares, profissionais, educadores, políticos religiosos, que buscam objetivos em comum. Esses objetivos podem ser caracterizados por ações realizadas pelas pessoas com finalidades em comum, um exemplo seria o desejo de alcançar metas ou desenvolver-se melhor no trabalho, que não é o caso do Estado guineense.

Sobre o funcionamento dos órgãos estatais, Costa, (2019) afirma que:

Os Governos são constituídos por uma grande quantidade de Ministérios e de Secretarias de Estado, sem funções e coordenações claras entre si; o aparelho do Estado é altamente personalizado e politizado, só se desempenha os cargos no Estado por filiações parentais e partidárias; existe uma ausência grande de sintonia entre a lei e a sua aplicação (COSTA, 2019, p. 7).

Sobre a afirmação do autor, acima, sabemos que os governos podem sair e entrar, mas o Estado é permanente. E como referimos atrás, ele é definido com as leis que são válidas para todos os membros do grupo, ou seja, essas leis não são alteradas mesmo com a saída dos governos. Um Estado com características de governantes sem funções no aparelho do Estado, sem dúvida nenhuma, cria um acúmulo de despesas desnecessárias que estariam podendo ser ocupadas para resolução de outras necessidades que a população tanto precisa. Em uma sociedade onde não existe coordenação e cada um faz as suas necessidades sem prestar contas, fica claramente que quem estará sofrendo é a população.

O que atrapalha na organização de um Estado é quando as decisões são tomadas sem possibilidades de ter debates que podem permitir uma análise.

A respeito disso, (Costa 2019, p. 7) mostra que:

Importantes decisões são tomadas sem debate legislativa; muitos funcionários não possuem qualificação adequada para as funções que desempenham e as administrações regionais permanecem inexistentes ou mal organizadas com falta de meios técnicos e humanos. (COSTA, 2019, p. 7)

O que se pode perceber aqui é que, no Estado guineense é frequente ver a falta de oportunidades, sobretudo para pessoas qualificadas e preparadas para a governança, ou seja, não há um espaço para pessoas qualificadas, mesmo havendo será um número

desconhecível para um Estado. O Estado precisa de uma estrutura governamental esclarecida, atenta às necessidades da sua população. Caso contrário, torna-se difícil criar políticas que respondem às necessidades da população tal como se pode ver no setor do ensino.

Monteiro *et al.*, (1996) citando o INEP conclui que “os políticos são responsáveis número um dos insucessos económicos que a Guiné-Bissau conhece”, ao passo que a comunidade internacional e os doadores apontam a falta de democratização da estrutura política do Estado. (COSTA, 2019, p. 7)

Em um Estado ou qualquer que seja uma instituição pública ou privada, a economia é fundamental para o seu andamento e desempenha um papel importantíssimo para essa sociedade, tendo como influência e dinâmica, proporcionar possibilidades para as vidas da sua população. Só que, tendo em conta a falta de controle no aparelho do Estado guineense e da aglomeração de funcionários sem função importante acabaria assim direcionar o Estado nas impossibilidades de angariar meios suficientes para o benefício do bem estar de todos.

A falta de infraestruturas adequadas que permita ao Estado fiscalizar e desenvolver o seu trabalho tributário também contribui para a não-cobrança de grande parte das receitas fiscais, o que mostra a fraca funcionalidade e organização das instituições financeiras da Guiné-Bissau. (COSTA, 2019, p. 7)

Vejamos só uma coisa, no período de 2013 a 2016 assistimos uma grande exploração de madeira na Guiné-Bissau e se formos para as salas de aulas vamos encontrar uma condição lamentável, sem carteiras, ou mesmo tiverem, elas não permitem que os alunos possam estudar em condições.

O portal da imprensa DW África citado por (JAU, 2022, p.4), nos confirma que, “em 2013 saíram 15 contentores de troncos de árvores do porto de Bissau para o exterior. Os números cresceram em 2014 para 409, quase 30 vezes a mais que em 2013. E cada contentor com troncos de “pau de sangue” custava 17,7 mil euros. Em 2017, um diagnóstico Florestal foi realizado pela equipe da Tinguena, onde foram mostradas as regiões mais afetadas pelo corte de madeira”. Essa situação afetou o meio ambiente,

originando na fraca chuva e produtividade de agricultura. Imaginemos que quando não chove as dificuldades tendem a aumentar, pois muitos sobrevivem de agricultura.

E isso nunca iria possibilitar na sobrevivência da população, tal como afirma Bathillon (2018) “Esses eventos abalam todos os setores do país, inclusive da economia, provocando a luta pela sobrevivência dos indivíduos, onde os interesses pessoais se sobrepõem aos interesses vitais da nação”.

Esse cenário pode-se verificar claramente, pois essas exportações foram feitas sem nenhuma prestação de contas da parte do Estado guineense. Temos assistido e vivenciado essas situações e, sobretudo de políticos que entram nas matas e fazem corte de madeiras sem que a população local ganhe algum retorno benéfico em contrapartida. Eu sendo filho de agricultor, estaria podendo confirmar que a Guiné-Bissau é um país nutrido por uma biodiversidade altamente rica, com muitos recursos naturais, e ainda vale salientar que a maior parte da sua população depende internamente da utilização dos serviços da interdependência para ter o pão de cada dia, podendo assim, ter a sua sobrevivência garantida.

A Guiné-Bissau é um país que ao longo da sua história, enfrentou desafios significativos no que diz respeito ao desenvolvimento social e económico. As políticas para promoção do desenvolvimento social e económico no país são fundamentais para a melhoria das condições de vida da população e não só, um de programa máximo durante a luta pela libertação nacional era também de promover a estabilidade e o progresso. Ao longo da sua história, a Guiné-Bissau manteve a instabilidade política, e isso tem afetado as qualidades do progresso.

A relação entre as políticas de desenvolvimento social e económico na Guiné-Bissau e as políticas educacionais do Movimento de Educação para Todos, dada as dificuldades económicas e políticas do país, tornaram-se de extrema importância para o progresso e estabilidade do país. O desenvolvimento económico na Guiné-Bissau será essencial para a melhoria das condições de vida da população em geral. No entanto, uma economia forte fornece os recursos necessários para investir na educação, incluindo a construção de escolas com qualidades consideráveis, salários em dia, capacitação dos professores e a aquisição de materiais educacionais para melhor atingir os objetivos planeados.

### 2.3 A Relação do Estado Guineense e a Educação Pública

O documento da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)<sup>4</sup> se alinha em um dos pontos destacando que “A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação”.

Essa afirmação nos sugere que a educação básica não deve ser vista apenas como um fim em si mesma, mas como um alicerce fundamental para a evolução na aprendizagem das crianças.

A relação do Estado da Guiné-Bissau com a educação pública tem sido uma questão muito preocupante sendo uma importância significativa para o desenvolvimento do país. Várias dinâmicas e desafios caracterizam essa relação, e é importante compreendê-los para avaliar o estado da educação pública na Guiné-Bissau.

Como qualquer outra nação, o Estado Guineense é responsável por fornecer financiamento adequado para o sistema educacional pública. No entanto, a Guiné-Bissau enfrenta enormes desafios econômicos que afetaram a capacidade de investir na educação. Em várias ocasiões a falta de recursos financeiros resulta em infraestruturas inadequadas, falta de materiais educacionais e salários baixos e/ou por vezes inexistentes para os professores. E quando isso acontece o que se preocupa aqui é a qualidade da educação, sobretudo a educação pública. A falta de recursos, a má gestão e a falta de capacitação adequada para professores, neste caso, são fatores que impactam negativamente a qualidade da educação e isso muitas vezes resulta em baixos níveis de alfabetização e aprendizado insuficiente por parte dos alunos. Essa situação gera, entre outros problemas, e a falta de condições de trabalho dignas aos professores, que, por sua vez, por conta dessa falta de estrutura, de baixos salários ou mesmo da suspensão do pagamento destes constantemente, levando esses profissionais a se organizarem por seus direitos, utilizando-

---

<sup>4</sup> Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990), disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 10 de Novembro de 2023

se das greves como processo de pressão por direitos, o que, por sua vez, causa a interrupção das aulas e baixo nível de aprendizado, devido a essas constantes interrupções.

Se estivermos a falar de falta de recursos não podemos deixar de fora a falta de acessibilidade. A acessibilidade à educação pública também é um dos grandes problemas em Guiné-Bissau. A maioria das crianças enfrentam grandes desafios e barreiras para o acesso à educação, como dificuldades financeiras, falta de acesso gratuito a transporte público. Essas dificuldades são ainda mais agravadas quando se trata de crianças oriundas do meio rural, dada à distância, ocasionada pela falta ou número insuficiente de escolas nas proximidades, elevando, assim, o número de crianças em idade escolar, fora da escola.

A implementação de políticas educacionais eficazes é fundamental e muito urgente para melhorar a educação pública na Guiné-Bissau. Vale ressaltar que a estabilidade política no país e a capacidade de implementar políticas educacionais públicas consistentes são essenciais para promover a educação de qualidade e para todos.

Portanto, a relação entre o Estado Guineense e a educação pública envolve desafios significativos relacionados ao financiamento, qualidade, acessibilidade e políticas educacionais. A superação desses desafios é essencial para melhorar o sistema de educação pública e promover o desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau.

A educação escolar é um dos principais alicerces no desenvolvimento pessoal, coletivo e profissional de qualquer que seja cidadão, nesse caso, é um direito fundamental e básico que um Estado deve dar ao seu povo.

Sendo assim, o Artigo 49º nos traz os seguintes pontos:<sup>5</sup>

1. Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação. 2. O Estado promove gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino. 3. É garantido o direito de criação de escolas privadas e cooperativas. 4. O ensino público não será confessional.

Esses quatro pontos eram pontos essenciais que daria a possibilidade de toda a população ter acesso à educação, sobretudo nessa fase inicial. Não se pode falar de garantia

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine\\_constituicao.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf) Acesso em 20/11/2023

de educação para todos em que se verificam greves nas escolas exigindo do Estado o cumprimento das suas obrigações, neste caso a garantia de salário aos professores. Quase todas as escolas estão adotando o regime de autogestão, ou seja, os pais e as escolas chegam a um acordo de estes pagarem um valor para garantirem a manutenção dos professores nas salas de aulas e que seus filhos possam ter a oportunidades de ter ensino sem interrupção. Só que nem todos têm essa possibilidade, uma vez que se verificam famílias que labutam muito para garantir as refeições para seus filhos, e por vezes só tem uma refeição diária, será difícil garantir dinheiro para que essas crianças possam estar nas escolas.

Ainda na Constituição da Guiné-Bissau, no seu Artigo 16º visa em dois pontos fundamentais para educação:<sup>6</sup>

1.A educação visa a formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso.2. O Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental.

Sob essas perspectivas podemos constatar que ao longo dos períodos houve interrupções sobre esses objetivos e os fatores desses transtornos que adiam as implementações dos planejados se deve às sucessivas instabilidades políticas no país.

Segundo Silva (2010)

Os assassinatos, em 1 e 2 de Março de 2009, do CEMGFA Tagmé Na Waie e do PR Nino Vieira originaram uma situação de calamidade. Em 3 de Março, e perante a ANP que acabara de o eleger como seu Presidente, Raimundo Pereira tomou posse como PR interino. (SILVA, ANTONIO E. DUARTE, 2010, p. 14)

Essa situação, ocorrida nesse período que culminou com os assassinatos do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Tagmé Na Waie e do Presidente da República João Bernardo Nino Vieira, é uma grande tragédia e teve impactos

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine\\_constituicao.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf) Acesso em 20/11/2023

significativos. A morte de duas figuras tão relevantes da liderança militar e política certamente direcionou o país em uma situação de estrago, desencadeando incertezas e instabilidade. Isso originou paralisações nas instituições escolares. E o Raimundo Pereira assumiu a Presidência interinamente, pois destacava a urgência de encontrar uma liderança para enfrentar a crise o mais rápido possível. A sua posse como Presidente interino pode ter sido uma medida para estabilizar a situação e manter alguma continuidade nas instituições do país.

Após esses assassinatos, é importante considerar os desafios enfrentados pelo país, incluindo a necessidade de recuperar a confiança nas instituições, garantir a segurança interna e buscar uma solução pacífica para essa crise. Quando se implanta a instabilidade, certamente isso provoca impactos significativos em vários setores, incluindo a educação. A instabilidade política e social decorrente desses eventos pode ter afetado negativamente o sistema educacional de várias maneiras:

**Interrupção nas Atividades Escolares:** Situações de conflitos e instabilidade política muitas vezes resultam em interrupções nas atividades normais, incluindo o funcionamento regular das escolas. Os alunos podem ser forçados a abandonar as salas de aulas temporariamente devido a preocupações com segurança ou à falta de recursos adequados, isso porque quando tem problemas seria sempre impossível resolver questões financeiras.

**Infraestrutura Educacional Comprometida:** A instabilidade política pode levar à degradação da infraestrutura educacional. As escolas podem ser danificadas, recursos educacionais podem ser escassos e a capacidade de fornecer um ambiente de aprendizado eficaz pode ser comprometida. Tal como temos assistido na guerra de sete de Junho, uma guerra que durou cerca de onze meses, me lembro de que tivemos de fugir para aldeia de Nhabijões e quando voltamos nem parecia sala onde frequentávamos aulas, carteiras são roubadas e entre outros recursos.

**Falta de Recursos Financeiros:** Em tempos de crise, os recursos financeiros disponíveis para o setor educacional muitas vezes diminuem. A prioridade pode ser dada a questões mais imediatas, como segurança e estabilidade, deixando a educação em segundo plano.

**Deslocamento de Estudantes e Professores:** A instabilidade pode resultar no deslocamento de estudantes e professores. Pessoas podem fugir de áreas afetadas pela violência, levando a uma desorganização nas instituições educacionais e à perda de conhecimento e habilidades de educadores, sobretudo nessa camada menor que ficam mais desapontados nos conteúdos.

**Impacto Psicológico nos Estudantes:** A violência política e os eventos traumáticos podem ter um impacto significativo na saúde mental dos estudantes. O estresse e o trauma podem afetar negativamente a capacidade dos alunos de se concentrarem nos estudos e de participarem efetivamente do processo educacional.

Pode-se perceber que ao longo da sua história a Guiné-Bissau passou por várias crises políticas e econômicas, com isso os estudantes guineenses foram de vez em quando interrompidos por esses pontos elencados tornando o ensino-aprendizagem cada vez mais precário.

### **3. O ESTADO GUINEENSE E AS GREVES NA EDUCAÇÃO: Impactos educacionais nos primeiros anos do ensino primário**

O tema "O ESTADO GUINEENSE E AS GREVES NA EDUCAÇÃO: Impactos educacionais nos primeiros anos do ensino primário" é fundamental para compreender como a instabilidade política e a falta de compromisso governamental afetam diretamente a base do sistema educacional. As greves frequentes dos professores, motivadas pela falta de pagamento de salários e condições inadequadas de trabalho, resultam em interrupções constantes no calendário escolar, prejudicando o aprendizado contínuo e estruturado das crianças. Nos primeiros anos do ensino primário, quando os fundamentos da alfabetização e da aritmética são estabelecidos, essas interrupções têm consequências duradouras, comprometendo a capacidade dos alunos de acompanhar e assimilar conteúdos futuros. Além disso, a precarização do ensino fomenta a desigualdade social, pois as crianças de famílias mais vulneráveis, que dependem exclusivamente da escola pública, são as mais

afetadas. Portanto, analisar os impactos educacionais das greves no contexto guineense permite identificar a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de um maior investimento na educação básica, como diz um ditado popular “de pequeno se torce o pepino”, isso será essencial para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país.

O direito à educação escolar é fundamental para o desenvolvimento das sociedades, a promoção da igualdade de oportunidades e o empoderamento das pessoas. Isso desempenha um papel central nos esforços para alcançar metas de desenvolvimento sustentável, como a erradicação da pobreza e a promoção do crescimento econômico, sem esquecer-se da erradicação do analfabetismo no país. O direito à educação escolar implica que a educação deve ser acessível a todas as pessoas, sem discriminação. Isso inclui a eliminação de barreiras financeiras, geográficas, culturais e sociais que possam impedir o acesso de indivíduos à educação. Com isso podemos assim dizer que geralmente os Estados são obrigados a garantirem que a educação seja de qualidade e esteja disponível para todos os cidadãos independentemente da cor, raça, ou religião. Isso envolve a alocação de recursos financeiros adequados para o sistema educacional, a implementação de políticas educacionais eficazes e a supervisão da qualidade da educação.

É evidente que o direito à educação não se limita apenas ao acesso a escolas, mas também implica o direito a uma educação de qualidade. Isso envolve currículos relevantes, professores qualificados, instalações adequadas e materiais educacionais apropriados. Mas quando estamos a falar de falta de salários define claramente a falta de recursos para boas práticas educacionais. O direito à educação geralmente inclui a liberdade de escolha, o que significa que os pais ou responsáveis de educação têm o direito de escolher a educação que melhor se adapte às necessidades de seus filhos ou educandos. O Estado tem a responsabilidade de trabalhar continuamente para melhoria do sistema educacional e expandir o acesso à educação para todos ao longo do tempo.

A respeito disso, (CURY, 2008) destaca que:

Os novos tempos da Modernidade não seriam tais sem o concurso da escola como lugar do direito ao saber e da cidadania. A esse direito – conceitualização duramente conquistada e formalizada pelas lutas sociais e parlamentares dos que compreenderam sua natureza e funções se impôs sua institucionalização e sua abertura como dever do Estado. (CURY, 2008, p. 2)

O autor está enfatizando a necessidade de institucionalizar e garantir esse direito, tornando-o uma responsabilidade do Estado. A conceituação duramente conquistada sugere que o reconhecimento da educação como um direito não foi alcançado sem resistência e esforço específico. Ele ainda destaca que esse direito foi conquistado com dificuldade e foi formalizado por meio de lutas sociais e debates parlamentares por aqueles que entendem a importância e as funções fundamentais desse direito.

Como assevera Bobbio (1992): Não existe atualmente nenhuma carta de direitos que não reconheça o direito à instrução – crescente, de resto, de sociedade para sociedade – primeiro, elementar, depois secundária, e pouco a pouco até mesmo universitária. Não me consta que, nas mais conhecidas descrições do estado de natureza, esse direito fosse mencionado. A verdade é que esse direito não fora posto no estado de natureza porque não emergira na sociedade da época em que nasceram as doutrinas jus naturalistas, quando as exigências fundamentais que partiam daquelas sociedades para chegarem aos poderosos da Terra eram principalmente exigências de liberdade em face das Igrejas e dos Estados, e não ainda de outros bens, como o da instrução, que somente uma sociedade mais evoluída econômica e socialmente poderia expressar. (CURY, 2008, p. 2, apud BOBBIO,1992)

É interessante essa reflexão que o autor traz sobre a evolução e a valorização crescente do direito à instrução ao longo do tempo e em diferentes sociedades. Ele destaca que, atualmente, não há uma carta de direitos que não reconheça o direito à instrução, que se expande progressivamente de uma sociedade para outra. A progressão mencionada vai desde a instrução elementar até a secundária e, eventualmente, até a mesma universidade. Significando isso que na sociedade sempre se pensou em saídas para melhorar a qualidade de educação priorizando a base e assim sucessivamente até a fase universitária. O autor ainda sugere que, nesses termos, o direito à instrução não era frequentemente mencionado, referindo que o reconhecimento desse direito é uma construção social que se desenvolveu ao longo do tempo e esse direito específico tornou-se relevante em sociedades mais avançadas, onde as preocupações fundamentais foram expandidas para além da liberdade em relação às igrejas e aos Estados.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, movimentos ao pleno desenvolvimento da pessoa, suas disposições para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E tanto o Estado quanto a família têm a responsabilidade de garantir esse direito, isso porque só o Estado não teria sucesso para tal. O que não se pode deixar de lado nesse processo de estímulo de o Estado poder ter essa garantia em ação, neste caso as reivindicações que os

professores vêm fazendo como pressão ao Estado no cumprimento das suas obrigações, essas ações e movimentos são meramente importantes nesse processo de procura de reconhecimento e aplicabilidade de direitos de oportunidades.

### **3.1 A Luta pela Educação Impacta nos Direitos Sociais dos Indivíduos: Acesso e Permanência no Ensino**

Quando estamos a tratar da negação não significa exatamente a inexistência desse direito, é quando esse direito não atinge a todos, ou seja, é limitado a um número menor de pessoas, impossibilitando outros do seu acesso. A negação do direito à educação no ensino, de modo particular o ensino fundamental pode ter impactos ainda mais imediatos e diretos, uma vez que o ensino fundamental é uma fase essencial no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. A impossibilidade e negação dos mesmos do acesso à educação nessa fase podem resultar em lacunas significativas no conhecimento, habilidades e capacidades cognitivas, dificultando a aprendizagem das mesmas futuramente. A não garantia de infraestruturas para bom desenvolvimento das atividades do ensino-aprendizagem não foge dessa ideia de negação. A recusa ou negação dos direitos educacionais é aqui considerada uma forma de violência, negligência e discriminação por parte do Estado e da comunidade escolar. E essa negação dos direitos educacionais é uma ação muito prejudicial para o ser humano de maneira especial no ensino fundamental. A violência não precisa ser, necessariamente, física, mas sim uma violação dos direitos fundamentais de acesso à educação.

Pode-se assim compreender que a valorização da política pública educacional, ou seja, priorizando as demandas educacionais em qualquer país do mundo, mostra de certa forma, o quão o Estado almeja alcançar o desenvolvimento, são as perspectivas que o Estado guineense tem para com os seus cidadãos, só que, as instabilidades políticas adiam sempre esse desejo. As greves põem em causa os direitos das crianças guineenses de estudar, adiando assim a cada dia o desenvolvimento do país e o acesso à educação de qualidade.

O Estado da Guiné-Bissau precisa construir um Sistema de Ensino capaz de dar respostas aos obstáculos que afetam o desenvolvimento do país. Se estivermos falando de falta de condições para os estudantes poderem enfrentar o ensino, será difícil arrancar

o país na profundidade a que se encontra mergulhado. Várias escolas com professores não qualificados, ou seja, sem formação como docente, os números dos professores contratados cada vez crescem. O Estado deve garantir possibilidades de estudo para todos, para poderem colmatar drasticamente essa péssima história.

A esse respeito, a Liga Guineense dos Direitos Humanos (p. 57), citado anteriormente diz que é dever a garantia à educação. O documento dos Direitos Humanos está expressando a ideia de que assegurar o direito à educação é essencial para o desenvolvimento humano em qualquer sociedade. Este direito promove a construção de oportunidades de escolha, permitindo que cada indivíduo se sinta realizado de forma livre, digna e responsável em sua comunidade. Além disso, uma educação de qualidade contribui para a redução das desigualdades sociais, fomentando a inclusão e a equidade. Através do acesso à educação, os indivíduos não só adquirem conhecimentos técnicos e acadêmicos, mas também desenvolvem competências críticas e socioemocionais que são vitais para a convivência harmoniosa e o progresso coletivo. Dessa forma, a educação torna-se um pilar central na formação de cidadãos conscientes e participativos, capazes de contribuir para a sustentabilidade e o bem-estar de sua sociedade. Isso evita ceder lugar a muitos indivíduos não qualificados que ocupam posições que deveriam ser preenchidas por pessoas qualificadas, como é do meu caso, que passei nesse campo de docência sem formação pedagógica e sem um preparo específico para atuar nessa área. Para evitar isso, seria importante que o Estado criasse uma dinâmica que incentivasse a permanência desses quadros qualificados, promovendo oportunidades de emprego apropriado e investindo na melhoria do sistema educacional que se encontra na situação de precariedade para formar profissionais capacitados que possam contribuir para o crescimento e a inovação da nação.

O país assumiu a independência em 1973. Contudo, tem enfrentado graves problemas sociais, políticos e econômicos que fizeram com que a maioria da sua população seja considerada pobre. Os documentos como o Projeto de Apoio ao Ensino Superior (PAES, 2010), nos países da União Econômica Monetária Oeste Africana (UEMOA) e o Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II), apontam que a Guiné-Bissau é um dos países da sub-região africana que pouco investe na educação. O autor Sucuma acerca do assunto afirma que:

“Contudo, desde que o país assumiu a democracia nunca conheceu a paz governativa, fato que criou atraso no desenvolvimento em

todos os sectores da vida nacional como na economia, saúde, educação, justiça e infraestruturas” (SUCUMA, 2013, p.40).

Esses motivos são os que continuam a deixar o país mergulhado como um dos países da sub-região africana que pouco investe na educação. Um país ou sociedade sem paz não consegue realizar seus programas ou projetos planejados. E isso, com certeza faz com que a sociedade perca o rumo do planejado, que é, ter a estabilidade.

Sané (2018) diz ainda que:

“o ensino público na Guiné-Bissau é marcado por carências em todos os seus níveis. O parque ensino escolar encontra-se em péssimas condições de funcionamento, falta quase tudo para garantir um mínimo de sua funcionalidade, e os professores estão longe de ver seu trabalho reconhecido e recompensado, sobretudo os que lecionam no interior do país, cuja maioria está com seus salários atrasados há mais de um ano.” (SANÉ, 2018, p.72)

O autor descreve séries de deficiências no sistema de ensino público na Guiné-Bissau. As principais mensagens que o autor quer transmitir são: Carências em todos os níveis e isso indica que o sistema educacional no país enfrenta problemas significativos em todas as áreas, desde a infraestrutura das escolas até a qualidade da educação.

Os autores acerca do assunto afirmam que: “Os impactos na educação foram sentidos com a interrupção de aulas, sem concluir calendário escolar e com professores em greve devido ao não pagamento de salários” (REHDER; SILVA; MONTEIRO, 2018, p. 964).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após concluir o 11º ano fui chamado nessa missão de ser professor e assisti situações das instituições escolas com muitas demandas. As infraestruturas escolares são de péssimas condições, como relatamos, sobretudo aldeias distantes da capital Bissau, pode-se ver em uma carteira dois ou três alunos e ainda em uma turma com cerca de quarenta alunos ou mais.

Com isso podemos concluir que uma sociedade com ensino de qualidade permite que as pessoas entendam e interpretam sobre o meio que os envolvem para que possam participar ativamente nas discussões e decisões públicas. Quando desejamos que um país ou uma sociedade possa estar na condição de fazer suas necessidades fundamentais, o ensino das ciências e de novas tecnologias são imprescindíveis.

No âmbito social podemos constatar que as manifestações, os debates e encontros influenciam no processo ensino-aprendizagem. Por essa razão, é de grande importância que haja a compreensão de que o horizonte dessas lutas não paira somente nas questões políticas, é preciso almejar uma sociedade que tenha como primazia o ser humano, a vida de todos os seres. Contudo, não é demais lutar por uma política séria de assistência educativa e social nos espaços escolares para permitir intercâmbio de ideias sobre os problemas da nossa sociedade.

Ao concluir esta pesquisa, reiteramos a importância vital de direcionar esforços para melhorar a qualidade do ensino na Guiné-Bissau, confirmando que tais melhorias podem incentivar um impacto positivo e abrangente em toda a sociedade. A crença na capacidade transformadora da pesquisa reflete uma visão dinâmica e um compromisso palpável em contribuir significativamente para o avanço educacional do país. À medida que refletimos sobre a trajetória da educação ao longo do tempo como um pilar fundamental para o progresso e desenvolvimento social, reafirmamos a nossa dedicação em direcionar esta pesquisa para a melhoria contínua da qualidade educacional na Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau as greves impactam a educação, são eventos complexos que refletem uma série de desafios e dificuldades no sistema educacional guineense em geral. As greves frequentemente resultaram em interrupções moderadas no processo educacional, prejudicando as aulas ao interromper as aulas e os exames. As greves repetidas podem ter consequências a longo prazo na qualidade da educação e no desenvolvimento do país. A falta de estabilidade no sistema educacional pode incentivar os investimentos externos e comprometer as perspectivas futuras da nação.

Os estudantes enfrentam desafios adicionais nos seus estudos e no desenvolvimento acadêmico. Constatamos que muitas vezes, as greves foram motivadas por questões relacionadas às condições de trabalho dos professores, incluindo discriminação, carga

horária excessiva e salários que não correspondem com o esforço do trabalho. As greves evidenciaram problemas mais amplos no sistema educacional guineense, como falta de infraestrutura completa e deficiências na gestão educacional.

A importância do diálogo e da negociação não pode ser subestimada. As partes envolvidas, incluindo o governo, os sindicatos e outras partes interessadas, precisam buscar soluções através do diálogo construtivo. A resolução de problemas na educação requer investimento de longo prazo em recursos humanos, financeiros e estruturais. O comprometimento contínuo é necessário para criar um sistema educacional robusto e eficiente. As greves que impactam a educação na Guiné-Bissau destacam a necessidade de abordar questões estruturais, promover o diálogo construtivo e trabalhar em direção a soluções que beneficiem tanto os educadores quanto os alunos. É um desafio complexo, mas abordá-lo é essencial para construir um futuro educacional mais sólido e promissor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Editora Garamond, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Brasiliense, 2017

BRASIL. DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Brasília, 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm) >. Acesso em 10 de Novembro de 2023

CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. EdUFMT, 2008.

Constituição Federal de 1988 disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em 09 de Novembro de 2023

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3ªed. Porto Alegre: Artimed, 2010. Reimpressão, 2016. p. 296.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**, p. 205-222, 2008.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990), disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 10 de Novembro de 2023

DOS DIREITOS HUMANOS, Liga Guineense. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012**. Recuperado em, v. 4, 2012.

ESTEBAN, Maria Teresa. A negação do direito à diferença no cotidiano escolar. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 19, n. 02, p. 453-462, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

Guiné-Bissau. **Instituto Nacional de Estatística e Censo**. 3º Recenseamento geral da população e habitação. Bissau: INEC, 2009.

Localização geográfica da Guiné-Bissau disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guinebissau.htm> dados extraídos no dia 06.11.2023 às 00:23

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Em Guiné-Bissau, o sistema educativo precisa em grande parte de ser construído**. UNESCO, 2016. Disponível em:. Acesso em: 30 maio 2018.

REHDER, Maria; SILVA, Rui da; MONTEIRO, Talismã Nice Fero Gomes Dias da Silva. DA GUINÉ-BISSAU AO BRASIL: IMPACTOS DA INSTABILIDADE POLÍTICA NA MANUTENÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO. *Educação & Sociedade*, v. 39, n. 145, p. 962-979, 2018.

SANÉ, Samba. Os desafios da educação na Guiné-Bissau. **Revista Temas em Educação**, v. 27, n. 1, p. 55-77, 2018.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. Educação como direito. **Revista Guineense de Educação e Cultura: estado da educação na Guiné-Bissau**, 2011.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008

SUCUMA, Arnaldo. **Estado, e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

TODOS, Declaração Mundial Sobre Educação Para. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. In: **Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia**. 1990.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy; OLIVEIRA, Marlize Rubin. **Internacionalização da educação superior: Processo de Bolonha**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 18, p. 215-234, 2010.